



## A PRÁTICA DE ENSINO E A FORMAÇÃO POLÍTICA: DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA

### THE PRACTICE OF TEACHING AND POLITICAL TRAINING: CONVERSATIONS BETWEEN UNIVERSITY AND SCHOOL

Ângela Maria Silveira Portelina<sup>1</sup>  
Suely Aparecida Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta alguns resultados das ações desenvolvidas entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e uma escola de Educação Básica. Aborda experiências decorrentes das atividades da prática de ensino e estágios direcionados à organização do trabalho pedagógico e a função do pedagogo no contexto escolar. Destaca dois aspectos relacionados dialeticamente: a prática de ensino e a formação política. O primeiro discute a prática de ensino vinculada à dimensão da organização do trabalho pedagógico considerando a escola como uma instituição social permeada por conflitos e contradições. O segundo aspecto relaciona-se com a concepção de política que permeia as representações dos professores e dos estudantes da escola e Unioeste. Ressalta a viabilidade de articular a pesquisa, o ensino e a extensão na formação de professores.

**Palavras-chave:** prática de ensino; grêmio estudantil; formação de professores; formação política.

**Abstract:** This paper presents some results of activities developed between the State University of Western Parana (Unioeste) and a K-12 school. It addresses the experiences derived from teaching practice and academic internship activities regarding pedagogical work organization and the role of pedagogue in the school context. It highlights two aspects dialectically related: teaching practice and political formation. The former discuss the teaching practice bound to the dimension of pedagogical work organization, taking school as a social institution permeated by conflicts and contradictions. The latter relates to how politics underlying teachers' and students' representations is conceived. It points out the need to articulate research, teaching and extension in teacher training.

**Keywords:** teaching practice; student body; teacher training; political formation.

---

1 Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão. E-mail: amportelina@yahoo.com.br

2 Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão. E-mail: martins\_sue@hotmail.com.

## Introdução

O presente artigo busca apresentar resultados provenientes das atividades desenvolvidas entre Escola de Educação Básica e Universidade. Tal ação foi permeada por um processo formativo/educativo envolvendo acadêmicos e professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste, campus Francisco Beltrão) e estudantes, professores, pedagogos e direção da Escola Estadual João Paulo II e que possibilitou problematizar a concepção de política dos estudantes, bem como demonstrar a possibilidade de articular a pesquisa, o ensino e a extensão na formação docente.

A iniciativa decorreu das discussões realizadas em sala de aula na disciplina de Prática de Ensino e Pesquisa sob a forma de Estágio Supervisionado II, cujo objetivo geral é analisar e compreender os aspectos políticos, históricos, econômicos e sociais que envolvem a organização do trabalho pedagógico e administrativo e a relação com a função do pedagogo. Para que a disciplina cumpra o seu objetivo, são organizados momentos em que se discutem aspectos teórico-metodológicos e momentos de inserções práticas contemplando observações, entrevistas com pedagogos e participação em reuniões. O trabalho final da disciplina consiste na elaboração de um plano de ação a partir de alguma problematização da realidade escolar. Os planos de ação não são desenvolvidos por questões de tempo institucional e pela própria configuração do estágio. Assim, a iniciativa de efetivar o plano de ação, no ano de 2016, partiu de um grupo de acadêmicos que no momento do estágio problematizou, junto com a pedagoga da escola, a necessidade de promover ações direcionadas à formação dos estudantes no que tange ao envolvimento, tomada de decisões e participação efetiva nos mecanismos de ação coletiva em âmbito escolar.

O plano de ação inicial foi reestruturado considerando as contribuições da professora da disciplina de Sociologia da Educação II, que pesquisa a temática “Juventude e formação política” resultando no projeto de extensão. Assim, o projeto preservou uma dupla finalidade: ao mesmo tempo em que visou contribuir para reestruturar o Grêmio Estudantil da Escola Estadual João Paulo II, considerando como elemento central a finalidade político-cultural de formação da juventude, vislumbrou qualificar o processo formativo dos acadêmicos de

Pedagogia mediante o estudo, planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações junto a seus pares.

As atividades se desenvolveram em dois momentos: no primeiro, foram realizados encontros de estudo com a direção, pedagogos e acadêmicos do curso de Pedagogia sobre a política, a participação e a auto-organização dos estudantes. No segundo momento, foram realizados encontros de formação com os estudantes da escola sobre as concepções de política, a importância da participação e as ações do Grêmio Estudantil. Desta ação, constituiu-se a problematização sobre a concepção de política dos estudantes, além de gerar uma intervenção pedagógica que possibilitou discutir e compreender a política para além das instituições, partidos ou relacionados à profissão do político, mas também presente na escola e na vida em geral. Tais encontros pautaram-se no diálogo efetivo entre estudantes e professores da Educação Básica e estudantes e professores da Universidade culminando na ampliação da compreensão sobre o Grêmio Estudantil e seu papel na escola e, ao mesmo tempo, foi se configurando a formação didático-pedagógica e a formação política dos envolvidos no processo.

### **A prática de ensino voltada à organização do trabalho pedagógico**

No pensar sobre os elementos constitutivos da prática de ensino é recorrente a ênfase nos saberes de natureza didático-pedagógica como determinantes do trabalho dos professores. Tal entendimento conduz, muitas vezes, a organizar as atividades da prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado como um momento restrito ao espaço da sala de aula. Isso se confirma no encaminhamento das atividades propostas voltadas a observar, planejar e atuar como docente em uma classe de acordo com o perfil profissional de cada licenciatura.

No entanto, a reconfiguração do curso de Pedagogia, homologada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – 2006, trouxe como desafio à formação do licenciado considerando o âmbito da docência, da gestão e da pesquisa. Assim, os cursos de Pedagogia necessitaram redimensionar os seus projetos político-pedagógicos a fim de contemplar a articulação desses três âmbitos e, ao mesmo tempo, proporcionar vivências e experiências da

prática de ensino prioritariamente na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na formação do pedagogo<sup>3</sup> aliado à pesquisa.

Uma das questões problematizadas é a prática de ensino sob a forma de estágio voltada à organização do trabalho pedagógico e a função específica do pedagogo. Na esfera institucional, no curso de Pedagogia da Unioeste, campus Francisco Beltrão, desde o ano de 2008, vêm se construindo, juntamente com os professores e acadêmicos, tentativas de qualificar o estágio desse âmbito específico. O resultado desse trabalho corresponde ao processo de práticas acumuladas nos anos anteriores que foram sendo avaliadas e reestruturadas em cada ano.

Os estudos de Pimenta e Lima (2004) enfatizam as diferentes concepções de estágios decorrentes da relação entre teoria e prática e destacam, que na trajetória dos cursos de formação, materializam-se algumas concepções: o estágio como imitação de modelos, o estágio como instrumentalização técnica, o estágio como aproximação da realidade e atividade teórica, e estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio.

Inicialmente a proposta da prática de ensino e pesquisa sob forma de Estágio Supervisionado II construiu-se uma diretriz cuja proposta vinculava-se a uma concepção de estágio enquanto aproximação da realidade e atividade teórica. Tal concepção enfatiza a importância de os estudantes observarem a dinâmica e o movimento da escola participando das reuniões de professores, pais, conselho escolar e conselhos de classe. Os registros das observações, discutidos em sala de aula, deveriam gerar problematizações e, depois, ser aprofundados com referencial teórico. O esgotamento dessa prática coaduna-se com a abertura do concurso público para pedagogo no estado do Paraná, concorrência que requisitava aos candidatos a formulação de um plano de ação. Muitos egressos solicitaram aos professores a contribuição para elaborar tal plano e verificou-se que, na formação inicial, a ênfase residia no planejamento do ensino secundarizando o planejamento ou um plano de ação do trabalho do pedagogo com base na pesquisa.

Nos anos subsequentes, foi se configurando a dinâmica de elaborar um plano de ação, apenas como instrumentalização da prática futura dos pedagogos. Os próprios acadêmicos começaram a avaliar e a requerer o desenvolvimento das ações como necessidade formativa. Isso

---

3 Entende-se por formação do pedagogo as funções de supervisão, administração, orientação educacional e coordenação pedagógica conforme art. 64 da LDB 9394/96.

ganhou materialidade em 2016 pela possibilidade de vincular um dos projetos de um grupo de acadêmicos à extensão na escola de Educação Básica, campo do estágio.

A possibilidade de articular o estágio à extensão demanda optar por um projeto de formação que requer problematizar a realidade conduzindo a novas formas de intervenção nas ações e práticas instituídas. Desse modo, no estágio também está presente a pesquisa cuja intencionalidade reside em formar o espírito investigativo, característica de uma educação sistematizada. Segundo Saviani (1997, p. 84),

[...] o homem é capaz e educar de modo sistematizado quando toma consciência da situação (estrutura) educacional (a), capta os seus problemas (b), reflete sobre eles (c), formula-os em termos de objetivos realizáveis (d), organiza meios para alcançar os objetivos (e), instaura um processo concreto que os realiza (f) e mantém ininterrupto o movimento dialético ação-reflexão-ação (g).

A tríade ação-reflexão-ação resume todo o processo e ganha significado quando entendemos que os objetivos não se finalizam com a sua realização, mas desencadeiam a realização de novos objetivos configurando-se em uma práxis criativa.

Nesse contexto, a atividade de ensinar requer uma estreita aproximação com a pesquisa e um vasto aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos que constituem a prática educativa, elementos necessários à compreensão das contradições históricas que constituem a realidade.

Meksenas (2002) ressalta que as ações profissionais do pedagogo, que se orientam pelas posturas do contato introdutório com a pesquisa, contribuem para duvidar dos extremos com os quais a educação é definida atualmente.

[...] saber olhar para a escola e perceber que sua importância não se afirma a extremos (a instituição que salva ou põe tudo a perder) e desenvolver um senso reflexivo, capaz de localizar as verdadeiras causas dos problemas sociais, são dimensões de uma visão pedagógica nova que, em grande parte, depende da qualidade da formação do profissional em educação e das possibilidades de acesso a iniciação científica (MEKSENAS, 2002, p. 23).

Ao recolocar a pesquisa como pré-condição da produção do conhecimento enfatizando a sua necessidade na formação dos professores, os estudos da área contribuíram para organizarmos as atividades da prática de ensino e do estágio considerando o ensino, tanto na dimensão formativa em sala de aula na universidade, como na dimensão do exercício docente com um grupo de estudantes da Educação Básica.

Assim, a atividade do ensino na universidade conduziu as discussões e debates sobre a realidade escolar delegando aos acadêmicos a elaboração de um plano de ação constituído por temática, delimitação da temática, público, justificativa, problema, objetivo, fundamentação teórica, metodologia (ações e estratégias), avaliação e bibliografia. Para a elaboração desse plano, foi necessário um trabalho de pesquisa orientado pelo professor da disciplina.

Na avaliação do estágio, destacou-se a importância de desenvolver os planos de ação. No entanto, por questões de tempo institucional e pela própria configuração da dinâmica do estágio, não há continuidade dessa atividade fragmentando o processo pedagógico.

Isso demandou uma ação pontual por parte de um grupo de acadêmicos juntos aos professores de Prática de Ensino e Estágio II e de Sociologia da Educação II por conta da temática do projeto. Assim, a primeira ação requereu redimensionar o plano de ação no que tange as estratégias para desenvolvê-lo como atividade de extensão. Nesse momento, buscou-se estabelecer a aproximação com a escola a fim de projetar ações cabíveis de execução junto aos professores e alunos da escola. O foco principal residiu na formação política como elemento aglutinador das ações do Grêmio Estudantil e, ao mesmo tempo, gerou reflexões sobre as práticas institucionais e ação docente explicitando a necessidade de o pedagogo, na qualidade de articulador do trabalho pedagógico, organizar tempos e espaços para a formação continuada dos professores.

### **A formação política mediante as discussões das ações do Grêmio Estudantil**

Como decorrência das observações realizadas pelos acadêmicos do 2<sup>a</sup> ano de Pedagogia no momento do estágio, relativas à organização do trabalho pedagógico escolar e à função do pedagogo, um grupo de

acadêmicos evidenciou que a ação do Grêmio Estudantil é pouco expressiva, embora no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas estejam prescritas as suas atribuições e finalidades.

Ao discorrer sobre as finalidades do PPP, Veiga (1995) ressalta que é preciso ter clareza sobre as finalidades da escola e entre essas finalidades estão as culturais, as políticas, as sociais, as humanísticas e as de formação profissional.

Entre as finalidades políticas da escola está a necessidade de contribuir para a democratização das relações sociais. Esta questão nos leva ao questionamento do papel da escola para a democracia. Gentile (2000) destaca que uma educação democrática pode ser aquela que tem como preocupação central a formação para aquilo que define como cidadania formal, ou seja, aquela que se constitui na esfera dos direitos legalmente reconhecidos. Neste caso, cabe a educação – incluindo a escolar – ser um mecanismo de fusão, socialização e reconhecimento de direitos. Assim, “uma ação pedagógica destinada ao aprendizado da Constituição e das leis permitiria, por exemplo, consolidar e desenvolver nos indivíduos a autopercepção de sua condição de cidadãos e, conseqüentemente, o respeito e a proteção do sistema democrático e de suas instituições” (GENTILE, 2000, p. 140). Ainda que se reconheça a importância deste aprendizado político, é preciso considerar que a escola, ao assumir o papel de difusora de direitos e deveres existentes, poderia cair em uma gestão escolar formalista, baseada em leis e decretos e pouco disposta ao diálogo e ao questionamento.

Gentili (2000) sustenta então a necessidade de que a educação democrática seja vista em processo de construção, excedendo a concepção formal de cidadania e vinculando-se a um conjunto de atributos e virtudes que faz dos indivíduos cidadãos ativos. A educação democrática, assim é profundamente marcada por práticas políticas e “fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários” (GENTILE, 2000, p. 147. Logo, não se educa para a autonomia por meio de práticas heterônimas, não se educa para a humanidade a partir de práticas autoritárias e não se educa para a democracia a partir de práticas autocráticas (GENTILE, 2000). Nesta concepção, entende-se que democracia e cidadania são conceitos históricos, construídos a partir da prática social, ou seja, são os sujeitos que, em condições históricas específicas, são capazes de dotá-los de significado, de sentido. Dessa forma, entendemos que falar em relações

democráticas na escola é entendê-la como espaço educativo que permite o questionamento, o pensar, o assumir posições, o submeter-se à crítica, enfim, permite a participação ativa de todos os envolvidos e, ao fazer isso, contribui para a formação política.

Entretanto, a escola, na maioria das vezes, negligencia esta finalidade, movendo-se mais no âmbito da cidadania formal. Então, questionamo-nos: Por que a escola, como espaço político, não forma politicamente seus alunos?

Historicamente, a participação na escola tem sido marcada por traços como o clientelismo e o autoritarismo que caracterizam a política brasileira. Ao tratar da participação dos pais, Spósito (2001, p. 47-48) destaca que ela, embora estimulada há muitas décadas por diversas concepções pedagógicas, constituiu-se a partir de orientações conservadoras. As teses educacionais reformistas de 1920-1930 foram áduas defensoras da participação dos pais na escola, especificamente no ensino voltado às classes populares. Esta participação garantiria que a moralização dos costumes e hábitos das crianças seria estendida à família, a medida que os pais fossem despertados para esta necessidade. No período militar, a criação das associações de pais e mestres regulamentou a participação deles na escola, porém tutelada por regras burocráticas, num processo de “cidadania sob controle”. Permaneceram os ideais escolanovistas, porém modernizados pelas ideias de “carência cultural” ou pela “necessidade de melhorar o nível cultural das famílias pobres”. Conforme Spósito (2001, p. 48), tais intenções foram

[...] traduzidas em um conjunto de práticas assistenciais, sanitárias ou de caráter cívico, extremamente harmoniosas com orientações autoritárias para a organização da sociedade, privilegiando a tutela e a subordinação política e cultural dos setores desprivilegiados.

Ainda que com o processo de democratização da sociedade brasileira tenha se avançado na participação de pais e alunos na escola pública, a intensificação do neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990 trouxe como forma de participação predominante aquela que tira a responsabilidades do Estado: a participação colaborativa com a direção da escola. Tornou-se comum a comunidade escolar ser chamada a exercer o voluntariado em mutirões de consertos de carteiras, de pintura da escola ou em festas para arrecadar dinheiro. Ainda que tais atividades

colaborativas podem ajudar ao envolver alunos, pais, professores e direção num trabalho conjunto, questionamo-nos da sua validade para romper com práticas de participação sob controle arraigadas na política brasileira e também na escola.

Em se tratando especificamente da participação dos jovens, soma-se a estas questões a concepção dominante de juventude presente na sociedade que, ao reduzir esta fase da vida à sua incompletude, a um vir a ser, tem dificuldade em reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e com capacidade de participação ativa na sociedade. Tal dificuldade pode ser constatada na atuação dos grêmios estudantis nas escolas: entidades formais que se organizam e atuam como espaço de sociabilidade e lazer entre os jovens, monitorados por professores e diretores, pouco aparecendo sua função de propiciar aos jovens o debate e a participação em questões que afetam a escola e a educação.

É importante considerar que a participação é o primeiro passo para que os estudantes compreendam os inúmeros aspectos sociais e culturais que caracterizam a escola e, progressivamente, aprendam a posicionar-se perante questões emergentes de fato, exercendo a política.

A importância da política no processo educativo, com a (re)construção e consolidação do Grêmio Estudantil, desenvolve e suscita a democratização das relações no contexto escolar, pois as atuações dos estudantes possibilitam tornar a unidade escolar um lugar público cuja discussão da política abre-se à comunidade. Isso ocorre porque a ação política, por definição, cria caminho para emergir contradições, conflitos, propostas, discursos, mas essencialmente negociação, diálogo, consenso e experiência coletiva. Ou seja, a política, como parte da democracia, deve orientar-se pelos princípios da isonomia e da isegoria. A isonomia refere-se à igualdade dos cidadãos perante a lei e a isegoria, ao “direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público” (CHAUI, 2001, p. 10).

Desse modo, os estudantes percebem a importância da participação e da auto-organização na atividade política, a debater e reivindicar por melhorias no espaço físico, cultural e pedagógico da escola, em direção a modificações na sociedade. Pistrak (2000) destaca a organização das massas que partem da iniciativa individual à formação de um coletivo, visando à revolução. A auto-organização é um modo de os estudantes se posicionarem a participar ativamente da organização escolar, possibilitando ampliar visões acerca de assuntos distintos e praticar a democracia. Das iniciativas individuais às das massas, propicia

a atividade criativa, a construção e reconstrução por objetivos e finalidades de transformar.

Conforme as concepções e os objetivos defendidos pela escola e de seus respectivos sistemas de ensino, demonstra-se a autonomia escolar dos estudantes ou a ausência dela. Vislumbrar a autonomia escolar é (re)planejar e optar por outros caminhos a superar as concepções tradicionais de escola, ensino e aluno, definindo novos objetivos e propostas pedagógicas coletivas. O coletivo é a integridade: não um amontoado de partes, mas a união entre elas. Os seres humanos formam coletivos quando compartilham interesses comuns (PISTRAK, 2000).

Valorizando o coletivo dos estudantes em suas necessidades, a escola pode formar para além das expectativas de ensino; pode contribuir para a formação de sujeitos políticos na proposta de uma nova perspectiva de Grêmios Estudantis. Este espaço poderá promover a auto-organização rumo à autonomia e posição política esclarecida. Por isso, deve suscitar os interesses individuais e suas iniciativas, ampliá-los, fazendo-os interesses coletivos na discussão da política na escola. Os pedagogos e os professores têm papel fundamental nesse processo, mobilizando os estudantes a organizar-se em prol de alguma causa defendida ou rejeitada.

Mas qual a possibilidade de os estudantes participarem e posicionarem-se filosófica e politicamente nos processos decisórios da escola?

Ao fazer a crítica à estrutura escolar, Paro (2011) ressalta a importância do diálogo como alternativa democrática de convivência política. Para tanto, sublinha a necessidade de os estudantes serem inseridos nas instâncias colegiadas, lugar do debate, das discussões e tomada de decisões relativas à organização do trabalho geral escolar. Uma gestão democrática requer a participação do coletivo. Desse modo, os estudantes também são convidados a participar. “Uma educação, enfim, que não tem como um de seus ingredientes a relação democrática, não precisa de uma estrutura democrática para se instalar” (PARO, 2011, p. 25). O Grêmios Estudantis, portanto, é imprescindível na formação política, social, cultural e humana do estudante.

### **A prática de ensino e a formação política: atividades realizadas na escola**

As atividades foram planejadas e organizadas a partir dos diálogos entre universidade e escola e alinharam-se ao objetivo geral do plano de ação elaborado na disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, que visou contribuir para a (re)estruturação do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual João Paulo II, com base na finalidade político-pedagógica de formação. Para isso, desenvolvemos as seguintes atividades: primeiramente, construímos uma pauta conjunta para os encontros de estudo definindo data, horário e a leitura da obra *Fundamentos da Escola do Trabalho*, de Pistrak. Os estudos foram realizados previamente e as discussões ocorreram em encontros com a participação da direção, pedagogos, acadêmicos e professores. Nessa atividade, as discussões centralizaram-se na compreensão dos conceitos de teoria e prática, trabalho, formação, ensino, ação política, participação e auto-organização dos estudantes.

Entre as atividades realizadas, cabe destacar aquelas que envolveram os estudantes da escola e que possibilitaram a problematização sobre política e o processo educativo/formativo. Junto com a equipe pedagógica da escola, iniciamos as atividades com os estudantes, sendo: convite para participar da atividade; encontro para ouvi-los sobre a participação na escola e sobre o Grêmio Estudantil; encontros para debater sobre política e sobre o Grêmio Estudantil; encontro para organizar ações com o grupo de estudantes participantes que possam envolver os demais alunos; ações que busquem (re)estruturar o Grêmio Estudantil na escola de modo a contribuir para constituição de chapas e eleições.

O primeiro encontro com os estudantes da Escola Estadual João Paulo II, membros do Grêmio Estudantil, centralizou-se na discussão da representação social do significado de política. Como ponto de partida, solicitamos aos estudantes que desenhassem, em uma folha sulfite, o seu entendimento de política e, abaixo, escrevessem três palavras relacionadas a esse conceito. Em seguida, os estudantes se organizaram em pequenos grupos com o intuito de discutir suas produções e, após, escolheram um desenho representando o grupo. A atividade do encontro seguinte teve como objetivo dialogar sobre as concepções de política na sociedade e ação política na escola a partir da apresentação e socialização dos desenhos dos grupos. O debate provocou muitos questionamentos

trazendo à tona concepções de política atrelada ao político profissional e a ideia pejorativa ligada à corrupção. As figuras abaixo representam essas concepções:



Figura 1 - Elaborado pelos estudantes participantes do projeto.



Figura 2 - Elaborado pelos estudantes participantes do projeto.



Figura 3 - Elaborado pelos estudantes participantes do projeto.

As concepções de política representadas nos desenhos e expressas nas discussões do grupo associam-se, de certo modo, à materialidade da realidade, fruto da construção histórico-social da sociedade brasileira. Chauí (2001), ao debater a democracia no Brasil, destaca sua fragilidade já que se constituiu sob uma sociedade que, dado ao seu passado escravocrata, traz o autoritarismo como uma das suas marcas. Aqui a política se formou a partir de relações de mando e obediência, alicerçadas em práticas como a cooptação, o favor e o clientelismo, a tutela e a promessa salvacionista ou messiânica e, por sua vez, como negação ao conflito. Neste sentido, a autora destaca a dificuldade de as camadas populares vislumbrarem a política como um campo social de lutas, da qual elas também fazem parte. A imagem de política oscila “entre a sacralização e adoração do bom governante e a satanização e execração do mau-governante” (CHAUI, 2001, p. 16). A nosso ver, isto pode ser observado nas figuras 1, 2 e 3. É clara a imagem de política atrelada ao político, no caso o governante, que se utiliza do cargo público para enriquecer e manipular o povo. Isto foi reforçado pela fala dos estudantes:

*“A política seria ótima se os governantes fossem bons”;  
“Ao invés de terminar obras públicas, os políticos prometem e não cumprem, utilizando o dinheiro para coisas fúteis ou com total corrupção”;  
“Todo o político tem corrupção na cabeça, na manga o carisma e um golpe na mão.”*

Observa-se a execração do mau-governante, aquele que, no contexto atual, é identificado como o corrupto. A representação dos jovens também vai ao encontro de uma tendência mundial de descrédito da juventude em relação aos políticos e às instituições democráticas, o que, no caso brasileiro, é corroborado pelas crescentes denúncias do envolvimento de políticos com esquemas de desvio de dinheiro público.

Embora as discussões tenham focalizado a questão política como o espaço reservado à atuação do político profissional relacionado com a corrupção, também se explicitou a política associada à participação. No entanto, a participação da sociedade associa-se muito mais ao caráter de reivindicação de direitos e manifestações e muito menos ao espaço da democratização dos processos decisórios e das relações de poder que permeiam a política institucionalizada. As figuras abaixo ilustram tal concepção:



Figura 4 - Elaborado pelos estudantes participantes do projeto.

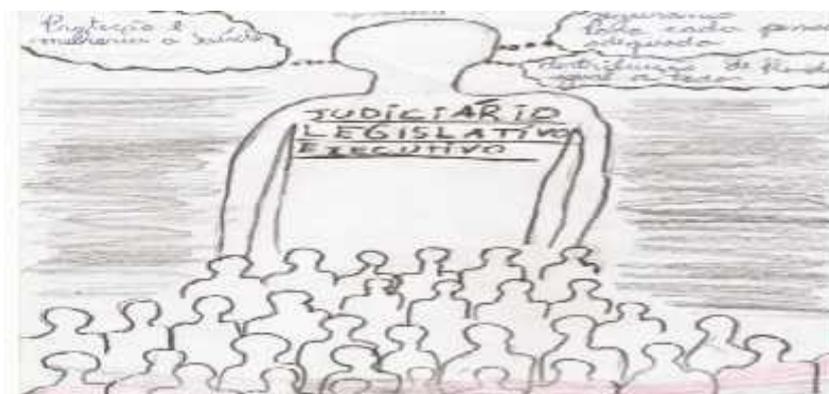


Figura 5 - Elaborado pelos estudantes participantes do projeto.

O entendimento da política como participação, relacionada ao cotidiano e à luta por direitos, conforme indicam as figuras 4 e 5, foi reforçado nas discussões:

*“Direito, política é direito do povo;  
“Sociedade deveria decidir!”  
“Tudo o que você faz é política!”*

Entendemos que tanto estes desenhos como as falas dos jovens remetem para o alargamento da concepção de política, não como algo alheio, reservado aos políticos, mas como atividade que também coloca os jovens como sujeitos. Nessa perspectiva, a ideia de conflito e interesse também apareceu, especialmente quando os jovens fizeram menção à Reforma do Ensino Médio:

*“Não pensaram no povo, na infraestrutura da escola...”;*  
*“Como praticar um ensino integral se não há espaço, salas de aula, professores e os alunos que trabalham para ajudar em casa?”*  
*“Por que e para quem foi feita a PEC? A favor da classe trabalhadora é que não foi!”*

Essas falas expressam a realidade vivenciada no decorrer do ano letivo de 2016, onde a escola João Paulo II foi ocupada pelos estudantes em outubro quando da mobilização dos jovens paranaenses contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC 241.

Tais considerações nos remeteram ao processo de reflexão da prática pedagógica em que os elementos constitutivos da prática social precisam ser incorporados nos encaminhamentos do ensino. Dessa forma, o conteúdo da atividade seguinte considerou o aprofundamento teórico das concepções de política atinentes à participação e ações do Grêmio Estudantil. Assim, finalizando o projeto, os estudantes da União pesquisaram, planejaram e desenvolveram atividades com os estudantes da escola abordando o papel do Grêmio Estudantil e sua relação com os movimentos de juventude. Por fim, realizamos a avaliação geral do projeto com os envolvidos, evidenciando os seus alcances e limites, bem como a possibilidade de sua continuidade em outras escolas.

Nesse sentido, foi possível considerar “que a universidade, por meio de seus pesquisadores e docentes, precisa indagar-se a respeito do sentido (social) daquilo que está praticando em termos de produção de conhecimentos, de formação profissional e extensão à comunidade” (GEORGEN, 2003, p. 118). Precisa também questionar a concepção de formação e a racionalidade que sustentam as atividades realizadas pela universidade.

Aliar os conhecimentos didáticos-pedagógicos à formação política requer um esforço do coletivo de professores para transcender a racionalidade técnico-instrumental, característica de muitos modelos formativos, para a construção de uma racionalidade crítico-emancipatória, que, ao não dissociar a formação política da formação pedagógica, contribui para que o futuro professor compreenda que a prática de ensino é mediatizada por inúmeros condicionantes da prática social.

### Considerações finais

As ações desenvolvidas durante o projeto nos levaram a considerar muitas questões relacionadas ao processo formativo. Uma delas refere-se à finalidade de formação política requerida em qualquer projeto de sociedade e educação. O projeto demonstra a necessidade de articular, no âmbito da organização do trabalho pedagógico da universidade, ações interdisciplinares que promovam a integração entre as áreas e o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ao propor uma ação de formação política no Grêmio Estudantil, numa ação conjunta entre a universidade (professores e acadêmicos do curso de Pedagogia) e a escola (professores, pedagogos, direção e alunos), a atividade realizada constituiu-se a partir do diálogo entre diversas áreas de conhecimento: a pedagogia, a história, a geografia, a sociologia e a filosofia. A integração entre as áreas contribuiu para uma compreensão ampliada do fenômeno educativo, bem como demonstrou que a articulação das diversas disciplinas torna-se fundamental para refletir sobre a formação política da juventude na contemporaneidade, considerando-se o papel da escola neste processo.

Outra questão refere-se à importância de ações desta natureza para a formação docente, seja na atuação como professor ou como pedagogo. Em ambos os casos, o desafio de trabalhar com a interdisciplinaridade estará colocado, bem como o desafio de tornar a escola *locus* importante de formação política dos estudantes e, neste caso, o Grêmio Estudantil passa a ser fundamental numa proposta que tem na auto-organização o elemento fundamental para a construção da autonomia dos sujeitos.

Por fim, vale a pena reforçar a relevância do trabalho desenvolvido por proporcionar debater e refletir sobre política e Grêmio Estudantil com os jovens da Escola Estadual João Paulo II, numa relação de diálogo que considerou como fundamental ouvir os sujeitos jovens, suas experiências e inquietações quanto à política. Se nesta escuta transpareceu o descrédito, comum entre a maior parte dos brasileiros, quanto à política, também fez-se ouvir certo conhecimento das contradições e do lugar que se ocupa na sociedade de classes e o desejo de construção de uma escola pública melhor, de uma sociedade melhor e que a realização disso passa pela participação política.

## Referências

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, Clóvis et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS/Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 2000. p. 143-155.

GEORGEN, Pedro. **Universidade e responsabilidade social**. In: LOMBARDI, José Claudinei. (org). Temas de pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Sema Garrido: LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. São Paulo: Cortez, 1987.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: SEPE/DP&A, 2001. p. 45-56.

UNIOESTE. **Grêmios Estudantis**: por uma formação política na escola. Projeto de Extensão, Centro de Ciências Humanas, Francisco Beltrão/PR, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico na Escola: uma construção coletiva. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico na Escola**: Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)

**Recebido:** 28/07/2017

**Aprovado:** 24/11/2017

